

RESENHA DE LIVRO

“Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção”, de Rogério Haesbaert

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand, 2014.

Felipe Rangel Tavaresⁱ

Mestre em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

ⁱ Endereço institucional:
Vide nota de fim.
Endereço eletrônico:
tavares.geo@gmail.com

A multiplicidade das complexas relações e realizações sociais que marcam o espaço-tempo contemporâneo, das “sociedades biopolíticas” e de “in-segurança” é a problemática central que Rogério Haesbaert focaliza neste livro – constituído a partir da revisão e reestruturação de artigos que, (re)articulados, trazem um panorama consistente da produção e reflexão do geógrafo no contexto geo-histórico da América Latina – cujo conceito/categoria território e multiterritorialidade são instrumentos para análise, (re)problematizações e construção de um devir.

Para prosseguir nesta proposta, o livro divide-se em duas partes: a primeira parte, denominada como “Território e multiterritorialidade entre os conceitos da Geografia” e a segunda parte, intitulada “Biopolítica, in-segurança e contenção territorial”. Neste sentido, a cada capítulo, o autor desenvolve uma série de questões outrora abordadas e bastante aprofundadas em obras de sua trajetória, buscando, contudo, uma atualização dos debates: dando ênfase às contradições, ambivalências, principalmente na proposição de conceitos como *des-re-territorialização*, *multi/trans-territorialidade*, *in-segurança*, *bio-tanatopolítica* e *des-controle*.

Tratando a respeito de *conceitos*, o geógrafo inspira-se nas proposições de Gilles Deleuze e Felix Guattari, dentre outros autores, para discutir a relevância dos conceitos ligados à análise espacial e elaborar, de modo preliminar, uma proposta de “constelação de conceitos” em Geografia, ou “família” geográfica de conceitos, “co-

mo preferia Milton Santos”, ele destaca. Segundo Haesbaert, o conceito estende-se num *continuum* desde uma posição estritamente empirista e/ou realista – sendo considerado “um retrato fiel da realidade” – até outra posição extrema, a posição racionalista/idealista, na qual o conceito não passa de um produto do pensamento, cuja fonte não é outra, se não a construção teórica do investigador. Admitindo tal caráter, o geógrafo deixa claro que “cada conceito parte de uma questão particular”, que surge ao problematizar o real, sempre geo-historicamente situado. Neste sentido, uma constelação ou sistema de conceitos em Geografia, partiria da categoria *espaço*, compreendida como mais geral, uma espécie de “estrela principal”, em torno da qual “orbitam” as categorias *território, região, lugar, ambiente e paisagem* – constantemente (re)ordenados a partir das problemáticas e das bases teórico-filosóficas acionadas durante a pesquisa para evidenciar e/ou focalizar determinadas questões ou relações centrais à análise.

É preciso saber lidar com o conceito, pois reconhecendo suas potencialidades, torna-se possível, não apenas compreender o real, mas, sobretudo, intervir na realidade, produzindo e reinventando realidade... Como também, construindo pontes, promovendo encontros, novas conexões – tal qual o autor realiza quando demonstra que o conceito de “território” na geografia latino-americana se aproxima de “lugar” nas geografias anglófonas, “pois há profundas semelhanças entre os conteúdos que adquirem através do uso em cada contexto”. Haesbaert demonstra-se sensível ao trazer alguns momentos singulares com a geógrafa Doreen Massey – a quem ele recorre para traçar as interações território-lugar. Além do frutífero debate de um “sentido global de lugar e multiterritorialidade”, as páginas deste debate também perpetuam uma singela homenagem e um tributo às histórias e trajetórias desta intelectual.

A crise espaço-temporal que, também abala o paraíso das certezas e das verdades absolutas, suscita a necessidade de rever e reconsiderar as problemáticas da realidade a partir de conceitos e categorias que sejam capazes de examinar os fenômenos em seus mais variados matizes. É por tal razão que Haesbaert questiona e desconstrói alguns “*a priori*” acerca do Território: sem restringir-se ao poder político “tradicional” do Estado como “entidade territorial”, mas, levando em conta os múl-

tiplos sujeitos do poder; não dispensando a materialidade econômico-política, mas, também considerando a dimensão simbólico-cultural; e, admitindo a existência de territórios construídos, não apenas pela fixação/mobilidade, mas, “no e pelo movimento”, cujo componente fundamental é a rede.

Neste sentido, o autor observa que, diante dos fluxos informacionais, as prerrogativas do Estado-nação são colocadas em cheque, sustentando a tese de que sua crise na contemporaneidade resulta também numa crise de sua “função territorializadora” e ao concomitante domínio de processos de desterritorialização. O geógrafo discute que, embora o Estado tenha se projetado como um padrão universal e modalidade única de territorialidade, na verdade, ele é uma entidade dinâmica e construída historicamente, sendo afirmado por relações de poder advindas de instituições (família, escola, Exército) que ajudam a estabelecê-lo. É num ambiente de “des-controle territorial”, sob a hegemonia do capital financeiro, que as funções e papéis do Estado são reconfigurados, sobretudo em relação ao papel político-militar: trata-se de controlar as massas de despossuídos, as “populações” no sentido proposto por Foucault, isto é, aqueles que são motivo de preocupação por sua reprodução biológica, representando uma ameaça à sociedade da qual são produto, seja pelo discurso de sua criminalização, e/ou do risco e da insegurança. É o que constitui esta nem tão nova modalidade de poder, denominada por Foucault de “biopolítica”. Aqui reside a posição ambígua do Estado, cujas fronteiras devem promover a abertura cada vez mais ampla ao capital financeiro e mercadoria, enquanto, simultaneamente, precisam conter – de modo seletivo – o fluxo de pessoas.

A relação entre uma “sociedade de in-segurança” e as reconfigurações territoriais em jogo (a partir do controle de processos sociais através do controle do território) é discutida a partir de uma profícua interlocução com Michel Foucault. O filósofo e historiador versa sobre uma gradativa sobredeterminação de uma sociedade disciplinar (pautada na disciplinarização dos corpos) para uma sociedade de segurança ou de controle, cuja ênfase repousa sobre o biopoder – o poder sobre a vida, na relação segurança/massa/espécie/circulação. Trabalhar a partir de uma análise das técnicas de poder construídas em cada momento é que torna possível perceber a modificação do espaço e dos territórios, pois estes são seus elementos constituintes

fundamentais. Revela-se a importância dos arranjos e do ordenamento espacial: os dispositivos, instrumentos e medidas biopolíticas de segurança são indispensáveis para o controle do “meio” (circulação e fluidez no/do espaço) e das “populações” (o conjunto de habitantes enquanto entidades biológicas, reprodutíveis e móveis). O autor do livro, nesta direção, também traz um debate com Giorgio Agamben, afirmando que, na sociedade contemporânea, prolifera o *homo sacer*, o homem sacrificável e, todavia, matável. Nesta condição denominada de “vida nua”, não incorrem nem as leis da sociedade, nem as leis de Deus, portanto, instaura-se o *Estado de exceção*, consolidando como norma “territorialidades ambivalentes”, que Agamben denomina “campo” – o espaço por excelência do Estado de exceção – onde é possível decretar a morte (de alguns) em nome da vida (de outros).

Lançando mão da explosão dos guetos e favelas, o geógrafo pontua que essa é uma das grandes preocupações dos gerentes contemporâneos, que reitera o discurso da criminalização da pobreza. Ele afirma que é justamente pela desterritorialização em sentido mais estrito, aquela referente à perda intensificada de controle de seus territórios, que os grupos subalternizados tornam-se objetos de medidas de “contenção” – como Haesbaert irá denominar os atuais processos de controle da circulação – especialmente em relação aos fluxos migratórios globais, seja através da modalidade dos “campos” (de refugiados, de concentração), seja através da construção de novos muros. A necessidade dos muros revela o debilitamento e/ou exacerbação dos mecanismos de controle e fechamento disciplinar. Sendo assim, o conceito de “contenção” pretende revelar a ambiguidade inerente às formas contemporâneas de territorialização, que envolve sempre a impossibilidade de reclusão integral, ou seja, seu caráter parcial, provisório e paliativo de fechamento. O papel do Estado de segurança é promover medidas, técnicas e procedimentos de contenção, que ele mesmo não será capaz de assegurar plenamente – o que acaba estimulando e promovendo a proliferação de “poderes paralelos”, como milícias paramilitares ou facções de narcotraficantes.

Quando as leis de exceção tornam-se regra, formam-se as “territorializações de exceção”, marcadas pela tentativa fracassada de controle das populações, reafirmando sua condição ambivalente de inclusão-exclusão. É neste sentido que se eri-

gem os novos muros, cuja eficácia em relação ao controle deixa de vigorar com função primordial, passando então a postergar o agravamento de situações de insegurança, risco e instabilidade. O muro seria uma técnica de “evitação”, exercendo um efeito do tipo barragem – os fluxos são contidos, mas não interrompidos.

Em relação à realidade latino-americana, e mais especificamente, o cotidiano brasileiro-carioca, Rogério Haesbaert aproxima o debate sobre as territorialidades da in-segurança a partir dos mecanismos e iniciativas governamentais, principalmente no que diz respeito às velhas modalidades, como os muros, quanto às novas tecnologias de vigilância. O autor deixa claro que a sociedade global propagou nos últimos tempos políticas de segurança, que alimentam os setores da economia que lucram com o medo, legitimaram as medidas de exceção e tornaram-se objeto de exaltação pela mídia, cujo papel de forjar a opinião pública através da coerção do consentimento, torna-se fundamental para que programas e projetos sejam aceitos pela “população” para seu “benefício” e “segurança”.

Sendo assim, ela focaliza a cidade do Rio de Janeiro como um laboratório de ações e discursos de insegurança, que configura um complexo processo de vigilância e i-mobilização da vida urbana, permitindo-lhe considerar tanto a base informacional de monitoramento à distância, quando àquelas velhas técnicas, como as barreiras físicas e os muros. Tais processos são apreendidos de maneira ampla, pois compreender o território em sua acepção mais concreta-funcional e mais simbólica-imaterial. Observa-se na cidade do Rio de Janeiro os muros-duto e muros-barragens (ecolimites), tal como os processos de contenção temporária, engendrados pelo processo de des-territorialização do Estado; contudo, e também, chama-se atenção para as contenções internalizadas, como no caso do narcotráfico e das milícias que restringem e cerceiam a circulação dos moradores de favelas. Haesbaert afirma que as construções físicas também possuem um teor simbólico, e, ressaltando tal dimensão, acrescenta outros tipos de mecanismos em termos de *distintas representações ou concepções de espaço* que permeiam o discurso dominante e constitui contenções simbólicas: cobertura geográfica da mídia, representações da cartografia – tais formulações tem efeito nas relações poder e nas tensões do/no espaço urbano.

Tais experiências denotam o que Rogério Haesbaert busca exprimir quando aborda a ideia de “viver no limite”, como a condição de uma existência num permanente contornar de situações difíceis e/ou perigosas, como também, numa dupla conotação: num sentido mais abstrato de viver no limiar do novo, e, num sentido mais concreto, vivenciar uma condição de passagem constante entre fronteiras. O trânsito entre diferentes territorialidades pode significar o que ele denomina “trans-territorialidade”, que representa os contornamentos de situações limites (concretas e/ou simbólicas) e fronteiras territoriais. Esse “viver no limite” revela a ambiguidade de nossa condição, numa transição entre o legal e o ilegal, regra e exceção – que parece ser a marca de nosso tempo – afirma o geógrafo: “a transterritorialidade é a manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no estar-entre, no efetivamente híbrido, produzido através dessas distintas territorialidades” (p. 285).

A multi/transterritorialidade daqueles que “vivem no limite” é abordada na dupla esfera da impossibilidade de superar e romper com estes limites, logo, fazendo-se necessário resistir, contrapor-se, transgredir seus efeitos. É o que o geógrafo nos apresenta como “contornamentos”, uma das implicações de “viver no limite” – um conjunto de táticas e/ou estratégias de fugir ou escapar sem enfrentar a causas dos problemas. Ele atenta para o fato de não considerarmos essas táticas como apenas modos de sobrevivência, mas, em parte, como processos de resistência. Seria o “jeitinho (territorial) brasileiro”, a malandragem – não romantizada – porém, reconhecida como uma arte da dissimulação, “essa aversão aos limites claros [...] esse nosso falar verdades brincando” (p. 294). O autor encerra seu livro enfatizando a necessidade de superar as formas de contornamentos, orientando que estas sejam estimuladas em seu caráter criativo e transformador socioespacial, que consiste na luta por territórios mais autônomos, que permaneçam abertos, flexíveis e em constante avaliação e reconstrução – sempre mais democrática e justa. Assim, “viver no limite” traz também a dimensão do encontro, do estar entre e estar junto – viver em e através das fronteiras, “refazendo, reconstruindo ou repondo limites, vistos concomitantemente como término e (re)começo” (p. 299).

A contribuição da obra “Viver no Limite” à Geografia e às ciências sociais, como um todo, evidencia a necessidade de um permanente movimento de avalia-

ção, reflexão e análise, tanto no que diz respeito aos pressupostos filosóficos e teórico-metodológicos empregados nas pesquisas socioespaciais, quanto no modo em que as problemáticas e os fenômenos da sociedade contemporânea são apreendidos e trabalhados pelo pesquisador, a partir das ferramentas que ele tem à disposição. Rogério Haesbaert não apenas oferece algumas lentes conceituais que possibilitam enxergar as novas modalidades de poder e controle do espaço – e, mais no geral, as dinâmicas complexas do espaço-tempo: o geógrafo aprimora e amplia essas lentes, permitindo outras aproximações com “velhos” debates, sobretudo, na perspectiva de mostrar a relevância do espaço e, especialmente, da categoria território, na instrumentalização do conhecimento, teórico e prático. A leitura deste livro é indispensável em nossos dias.

Recebido em 18 abr. 2016;

aceito em 18 abr. 2016.

ⁱ *Endereço institucional:* Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.